


ANÁLISE



INDO- PACIFIC STRATEGY

OF THE UNITED STATES

A ESTRATÉGIA DOS EUA PARA O INDO-PACÍFICO

Fevereiro de 2022

01/2022

As opiniões expressas nesta publicação são de seu autor, não refletem, necessariamente, as do CEEEx ou do Exército Brasileiro.

A ANÁLISE

A publicação "Análise", conforme o próprio nome indica, destina-se a publicar a análise de fatos recentes, a fim de contribuir para o entendimento da conjuntura atual.

Trata-se de uma publicação do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) sem periodicidade definida.

Nesta primeira publicação, será abordada a *Estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico*, com comentários sobre cada um dos objetivos propostos pelo documento.

Para mais detalhes e leitura do texto na íntegra, pode-se acessar: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>

O AUTOR

PAULO ROBERTO DA SILVA GOMES FILHO

Coronel R/1

Oficial de Cavalaria, da reserva remunerada, do Exército Brasileiro. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN 1990). Mestre em Operações Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME 2008). Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL 2010). Mestre em Estudos de Defesa e Estratégia pela Universidade Nacional de Defesa da República Popular da China (Beijing 2016). Foi instrutor dos cursos de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO). Foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Bacharel e licenciado em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx 1993), especialista em Inteligência Militar pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx 2005) e Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG 2014). Foi gerente do Projeto Combatente Brasileiro (COBRA). Comandou o 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado em Ponta Porã/MS. Lattes – bit.ly/2N9X9Vt



A 7ª SUBCHEFIA

No dia 18 de fevereiro de 2022, foi publicado, no Boletim de Exército, o despacho decisório do Comandante do Exército, reativando a 7ª Subchefia/EME.

Com a missão focada no futuro do EB, a 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército está constituída pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército e pelas seções de Conceitos Futuros e de Gestão de Capacidades.

A reativação foi resultado de amplo estudo que começou, em 2019, com a criação da Seção "Exército do Futuro" na 3ª Subchefia/EME.



A Estratégia norte-americana para o Indo-pacífico

Por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

Cel Cav R1 / Analista do CEEEx



As opiniões expressas neste artigo são de seu autor, não refletindo, necessariamente, as do CEEEx ou do Exército Brasileiro.

O governo dos EUA acaba de divulgar sua *Estratégia para a Região do Indo-Pacífico*¹. Logo na primeira frase do documento, os norte-americanos afirmam: “Os EUA são uma potência do Indo-Pacífico”. Tal afirmação se baseia em uma interpretação bastante elástica para definir os limites da área, muito mais ampla do que a habitualmente proposta pelos geógrafos, que restringem aquela região à bacia do Índico, ao Sul e Sudeste Asiático e à Oceania. Os EUA aproveitam o fato de serem banhados pelo Pacífico para definir a região como sendo a imensa área, estendida desde

sua própria costa oeste até o Oceano Índico, lar de mais da metade da população do mundo, de quase 2/3 da economia mundial e de sete dos dez maiores exércitos do planeta.

Para os norte-americanos, o Indo-Pacífico é vital. Assim, eles resolveram reafirmar seu interesse na região, exatamente no momento histórico em que China e Rússia se posicionam como polos de poder mundial, declaram uma amizade mútua “sem limites” e desafiam abertamente o poderio norte-americano.

No documento, não só se ressalta a importância que a região tem para os EUA, mas também se afirma que os laços com os países da área remontariam a dois séculos, quando os norte-americanos teriam buscado estabelecer contatos comerciais na região. Tais laços teriam sido reforçados pela imigração asiática para os EUA. O documento ainda relembra a atuação de seus militares na 2ª Guerra Mundial e as alianças do país

¹ Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>

com Japão, Coreia do Sul, Austrália, Filipinas e Tailândia.

A estratégia foca em cinco (5) objetivos principais, listados a seguir, os quais serão analisados na sequência:

1. Garantir que a região permaneça “livre e aberta”;
2. Construir conexões no interior e além da região;
3. Conduzir a região à prosperidade;
4. Fortalecer a segurança regional; e
5. Construir uma resiliência regional face às ameaças transnacionais do século 21.

Garantir que a região do Indo-Pacífico permaneça livre e aberta

O primeiro objetivo é um recado nada sutil aos chineses. Segundo o documento, os EUA garantirão aos países da região a tomada de decisões, consistentes com as leis internacionais, de forma independente e livre de coerção. Também ocorrerá o fortalecimento da liberdade de imprensa, das instituições democráticas e uma “vibrante sociedade civil”. A liberdade e a segurança da internet e do ciberespaço são listadas como prioridade, além da garantia do cumprimento das leis internacionais no que se refere aos mares do Sul da China e do Leste da China.

Construir conexões no interior e além da região

O segundo objetivo reforça a importância que os EUA atribuem às alianças com seus tradicionais parceiros na região, afirmando que se pretende fortalecer as relações com outros países do Indo-Pacífico. Reafirma-se a importância da parceria com o Japão, a Austrália e a Índia no chamado “Diálogo Quadrilateral de Segurança - Quad” e se reforça a importância da Associação das Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, afirmando-se o apoio à aproximação daquele grupo com o Quad e também com as nações do sul da Ásia.

Os EUA afirmam, ainda, querer contribuir com a construção de pontes entre o Indo-Pacífico e a região Euro-Atlântica, além de estreitar a coordenação das ações dos países da região na Organização das Nações Unidas.

Conduzir a região à prosperidade

O terceiro objetivo reforça que a prosperidade dos americanos está diretamente ligada à região. O comércio entre os EUA e o Indo-pacífico somou US\$1,75 trilhões em 2020, gerando 5 milhões de empregos e os EUA

pretendem estabelecer o “*Indo-Pacific economic framework*”, uma estrutura voltada para a facilitação do comércio, estabelecimento de padrões para a economia digital e tecnologia, criação de resiliência da cadeia de suprimentos, descarbonização e geração de energia limpa, infraestrutura, padrões de trabalho e outras áreas de interesse compartilhado.

Fortalecer a segurança regional

O penúltimo objetivo colimado pela Estratégia trata da segurança regional. O país está presente na região há 75 anos e lá permanecerá, aperfeiçoando suas capacidades a fim de defender seus interesses e dissuadir agressões ou coerções feitas contra o próprio país ou contra aliados. O documento reafirma que o país continuará empenhado, junto com os parceiros e aliados regionais, na manutenção da estabilidade no Estreito de Taiwan. Afirma-se que a parceria de Defesa com a Índia será reforçada e que os EUA continuarão comprometidos com a desnuclearização da Península Coreana.

Construir uma resiliência regional face às ameaças transnacionais do século 21

O quinto e último objetivo traçado é o de construir uma resiliência regional face às ameaças transnacionais do século 21. A ameaça destacada é a crise climática, cujo epicentro seria a própria região do Indo-Pacífico, área onde ocorrem 70% dos desastres naturais do mundo. Assim, os EUA se comprometem a estabelecer, junto com os parceiros da região, objetivos, estratégias, planos e políticas com vistas a limitar o aquecimento global a 1,5° Celsius. O enfrentamento da pandemia da Covid-19 também é destacado como um dos esforços que será apoiado pelos EUA.

Para implementar a estratégia e alcançar os objetivos mencionados, o documento lista ações que serão adotadas em até dois anos, reunidas em 10 linhas de esforço, as quais estão resumidas a seguir.

1. Direcionar novos recursos para a região do Indo-Pacífico: abrir novos consulados e embaixadas, particularmente no Sudeste Asiático e nas ilhas do Pacífico, expandir a cooperação da Guarda Costeira norte-americana aos países insulares do Pacífico e aos do Sudeste Asiático.

2. Lançar a *Indo-Pacific Economic Framework*, uma nova parceria econômica que pretende

promover e facilitar as transações econômicas, criar uma governança para a economia digital, melhorar a resiliência das cadeias de suprimentos, catalisar investimentos em infraestrutura e conectividade digital, de forma a dobrar os laços econômicos dos EUA com a região.

3. Reforçar a dissuasão, de modo a defender os interesses dos EUA e de seus aliados na região, inclusive no Estreito de Taiwan, pelo incremento das capacidades militares, aumento das atividades militares e das iniciativas da Indústria de Defesa. Outro caminho mencionado é a busca do melhor formato para a parceria AUKUS, de modo que a Austrália tenha um submarino de propulsão nuclear no mais curto prazo.

4. Fortalecer a ASEAN. Os Estados Unidos estão fortalecendo os laços EUA-ASEAN, inclusive promovendo uma Cúpula Especial EUA-ASEAN - a primeira a ser realizada em território norte-americano, em Washington.

5. Apoiar o crescimento da Índia e sua liderança regional, desenvolvendo a parceria estratégica com o país, de modo a “promover a estabilidade no Sul da Ásia”.

6. Fortalecer o Quad, de modo que o grupo trate das questões que importam para a região do Indo-Pacífico. O grupo estimulará o desenvolvimento de tecnologias emergentes e fomentará a cooperação em diversas áreas.

7. Expandir a cooperação trilateral entre EUA, Japão e Coreia do Sul, não somente nos assuntos relativos à Coreia do Norte e à segurança da península coreana, mas também na área de tecnologias críticas e questões de cadeias de suprimentos.

8. Estabelecer parcerias para aumentar a resiliência das nações insulares do Pacífico, especialmente em relação aos efeitos das mudanças climáticas, além de colaboração em outros setores, como na tecnologia da informação e comunicações, transportes, navegação e pesca.

9. Apoiar a boa governança e a prestação de contas, favorecendo ações dos governos que erradiquem a corrupção. Também se comprometem a apoiar a sociedade civil e jornalistas, a fim de garantir que eles possam “expor e mitigar o risco de interferência estrangeira e manipulação da informação”. Comprometem-se, ainda, continuar a defender a democracia em Mianmar, pressionando a junta militar a proporcionar um retorno do país à democracia.

10. Apoiar a manutenção de uma estrutura tecnológica digital aberta, segura e confiável, especialmente garantindo diversidade de fornecedores de serviços de nuvem e de telecomunicações, inclusive por meio de tecnologias inovadoras, e aumentando a resiliência e a segurança cibernéticas.

Na conclusão do documento, o governo norte-americano afirma que sua política exterior entra em um novo período, o qual exigirá dedicação dos EUA à região do Indo-Pacífico, de uma forma que não lhes foi exigida desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Afirma que os interesses vitais do país, naquela área, tornaram-se ainda mais claros e difíceis de proteger, e que a próxima década será decisiva para o futuro da região, dos EUA e do mundo.

Percebe-se que os EUA reagem ao exponencial aumento da influência da China, a qual ganhou grande velocidade com o vertiginoso crescimento econômico desse país. Isso se deu, muito especialmente, pela adesão de praticamente todos os países da região à iniciativa *Belt and Road*², que injeta bilhões de

[...] a Estratégia indica com clareza, que a prioridade dos norte-americanos não pode ser mais identificada na Europa ou no Oriente-Médio. Ela migrou, definitivamente, para o extremo Oriente.

²A recente transformação da China é uma das mudanças mais significativas na história econômica global nos últimos 40 anos, com a iniciativa que vem obtendo destaque como tendência de investimentos na América Latina: *The Belt and Road Initiative*, ou BRI. Em 2013, o Presidente Chinês Xi Jinping liderou a iniciativa que originou a criação do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI. Até o final de março de 2019, a BRI já havia se espalhado para a Ásia, Europa, África, América Latina e Pacífico Sul. O governo chinês já assinou 173 acordos de cooperação com cerca de 100 países e 29 organizações internacionais. Alguns analistas calculam que a BRI já gastou aproximadamente US\$ 200 bilhões em

dólares em obras de infraestrutura naquela área. Também reagem à maior assertividade geopolítica chinesa, que vem desenvolvendo, aceleradamente, suas forças armadas, em especial sua marinha, projetada cada vez mais para a toda a região do Indo-Pacífico.

O lançamento da Estratégia consubstancia a reação norte-americana, demonstrando que o país não pretende renunciar a sua liderança política, econômica, militar e cultural, nem mesmo na região do Indo-Pacífico, natural área de influência da China.

Mais do que isso, a Estratégia indica com clareza, que a prioridade dos norte-americanos não pode ser mais identificada na Europa ou no Oriente-Médio. Ela migrou, definitivamente, para o extremo Oriente. ■

investimentos. A previsão de empresas internacionais é que os aportes e investimentos alcancem mais de US\$ 1,2 trilhão nos próximos 10 anos, embora as estimativas totais possam sofrer variação. Fonte: <http://exame.com/mundo/a-importancia-da-the-belt-and-road-initiative-para-a-america-latina/>



Quartel-General do Exército,
Bloco A,70630-970, Brasília-DF
(61) 3415-4597/ ceeex@eme.eb.mil.br
Facebook: www.facebook.com/ceeexeb